

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - PREVI-RIO

ATA SUMÁRIA DA 149ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - COMIN

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 22 de janeiro de 2026, às 15h, realizada à Rua Afonso Cavalcante, 455, anexo, 11.º andar, sala 1123 (Sala Presidência).

2. MEMBROS PARTICIPANTES: **Bernardo Egas Lima Fonseca** - Presidente do PREVI-RIO; **Gabriel Riccioppo da Silva** - Diretor de Investimentos do PREVI-RIO; **Júlio Barcelos Junior** - Suplente do Diretor de Administração e Finanças do PREVI-RIO; **Vanessa Gonçalves Quintino Evangelista** - Gerente de Contabilidade da Diretoria de Administração e Finanças do PREVI-RIO; **Maria Fernanda Marques Lima** - Gerente de Ativos Mobiliários da Diretoria de Investimentos do PREVI-RIO; **Alexandra dos Passos Lyrio Fialho** - Gerente de Ativos Imobiliários e **Jorge Edmundo Ferreira Farah** - Representante da Secretaria Municipal de Fazenda (SMF).

3. PAUTA:

1. Aprovação da política de investimentos (explicação da motivação da reunião)
2. Apreciação do mês de dezembro da política de investimentos (Resolução CMN 5272/2025).
3. Credenciamento junto ao Banco do Brasil e Santander.
4. Análise da rentabilidade dos Fundos de investimento.

4. ASSUNTOS TRATADOS: A reunião teve como foco principal a discussão e aprovação da política de investimentos, considerando as alterações recentes na Resolução 5272/2025 do Conselho Monetário Nacional. Foi enfatizado que a política de investimentos será aprovada somente após o consenso de todos os membros. As alterações na política serão destacadas em vermelho para fácil identificação. As mudanças são, em sua maioria, de redação, visando maior governança e alinhamento com os níveis de pro-gestão. Atualmente no nível 2, o objetivo é manter a política para 2026 baseada nesse nível, evitando reaprovações futuras ao atingir o nível 4. A alocação em títulos públicos será mantida, com ajustes nos limites máximos de alocação, enquanto o alvo permanece o mesmo. As considerações sobre impostos levantadas anteriormente serão levadas ao CAD. Outro ponto abordado foi o credenciamento junto ao Banco do Brasil, que estava pendente devido a uma certidão positiva da asset. A expectativa é que essa questão seja regularizada em breve. Também foi discutida a situação com o Santander, que atualmente não possui fundos exclusivos para RPPS, sendo necessário verificar a disponibilidade antes de prosseguir com o credenciamento. Por fim, foi apresentada a análise da rentabilidade acumulada dos fundos, demonstrando que permanecem aderentes ao CDI. Os fundos utilizados possuem baixa volatilidade, adequados ao fluxo de caixa da instituição, e performam de forma excelente em relação ao mercado.

Resultados da reunião:

- * Esclarecimentos sobre as alterações na política de investimentos e seus impactos.
- * Alinhamento sobre a estratégia de manutenção do nível 2 para a política de 2026.
- * Discussão sobre a situação dos credenciamentos junto ao Banco do Brasil e Santander.
- * Apresentação e análise da rentabilidade dos fundos de investimento.

Próximos passos:

1. Enviar a política de investimentos alterada para todos os membros para aprovação.
2. Levar as considerações sobre impostos ao CADE.
3. Acompanhar a regularização da situação da asset do Banco do Brasil.
4. Verificar a disponibilidade de fundos adequados para RPPS junto ao Santander.

Tarefas e itens restantes:

1. Aprovação da política de investimentos pelos membros do comitê.
2. Regularização do credenciamento junto ao Banco do Brasil.
3. Verificação da disponibilidade de fundos adequados no Santander.